REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS | ISSN: 2447-0244
v. 6, n. 2, jan-jun. 2020.
Missões

FILME "QUE HORAS ELA VOLTA?": UMA ANÁLISE CRÍTICA DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA DE MULHERES SOCIALMENTE VULNERÁVEIS

FILM "WHAT TIME DOES IT COME BACK?": A CRITICAL ANALYSIS OF EMPLOYMENT, WORK AND INCOME OF SOCIALLY VULNERABLE WOMEN

Recebido em 30/07/2020
Aceito em 18/08/2020

Gabriel Coutinho Gonçalves[1]
Dennys Ramon de Melo Fernandes Almeida[2]
Juliana Campos Pinheiro[3]
Gabriel Gomes da Silva[4]
Maria Helena de Paula Frota[5]

Resumo: O filme "Que horas ela volta?", mais que uma obra cinematográfica, retrata, de forma fidedigna, a realidade de mulheres no mercado de trabalho. Mas não se trata de qualquer tipo; ele revela a dura vida que a mulher parda, pobre e periférica sofre para sobreviver. Ao mesmo tempo, nos mostra, com muita sutileza, como as relações sociais e de trabalho conseguem condicionar esse grupo ao conformismo e o não questionamento dos pilares socioeconômicos que mantém o poder sobre os liderados. Esse trabalho tem por objetivo, portanto, discorrer sobre a vida de mulheres socialmente vulneráveis, enquanto política pública necessária de se problematizar e o quanto as relações de poder incidem sobre a organização do trabalho na perspectiva de gênero. A partir dessa indagação, que nos propomos a levantar, serão formuladas questões neste texto. A perspectiva é contribuir para a ampliação do debate real sobre gênero e escolaridade no conteúdo das políticas públicas já que, na análise do filme, muitos questionamentos críticos podem ser feitos ao longo do processo de inserção da mulher de baixa renda e escolaridade na sociedade e propor as bandeiras de luta para se operacionalizem os projetos de expansão dessas mulheres na sociedade.

Palavras-chave: Preconceito; Emprego; Mulheres; Trabalho; Renda.

Abstract: The film "What time is she back?" more than a cinematographic work, it reliably portrays the reality of women in the labor market. But it is not just any kind, it reveals the hard life that the brown, poor and peripheral woman suffers to survive. At the

[1] Fisioterapeuta, Especialista em Saúde da Família e Comunidade pela Escola de Saúde Pública (RESMULT/ESP-CE), Especialista em Micropolíticas da Gestão e do Trabalho em Saúde pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestrando em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: fisiogabrielcoutinho@tutanota.com
[2] Programa de Pós-Graduação em Ciências Odontológicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: dennysfernandes@ymail.com
[3] Doutoranda em Ciências Odontológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: julianapinheiroodonto92@hotmail.com
[4] Graduando em Odontologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: gabrielgg@gmail.com
[5] Doutora em Sociologia pela Universidad de Salamanca – Espanha. Professora adjunta da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Políticas Públicas (UECE). E-mail: helenafrota1123@hotmail.com

same time, it shows us, very subtly, how social and work relations manage to condition this group to conformity and the non-questioning of the socioeconomic pillars that maintain power over the people being led. This work aims, therefore, to discuss the lives of socially vulnerable women, as a necessary public policy to problematize and how much power relations affect the organization of work from a gender perspective. From this question, which we propose to raise, questions will be asked in this text. The perspective is to contribute to the expansion of the real debate on gender and education in the content of public policies since, in the analysis of the film, many critical questions can be asked throughout the process of insertion of low-income and educated women in society and propose the flags of struggle to operationalize the expansion projects of these women in society.

Keywords: Prejudice; Women; Job; Income.

RELAÇÃO DE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO CONTEXTUALIZANDO COM O FILME

Pensar o trabalho enquanto prática social sexuada significa dizer que não se trata de uma atividade homogênea ao gênero humano, mas sim de prática que possui características e significados diferenciados no contexto das relações sociais entre os sexos. Assim como a divisão social do trabalho existe para organizar o conjunto de atividades de produção na sociedade, a divisão sexual do trabalho - que não se trata de uma categoria separada da noção de divisão social e técnica do trabalho - existe para organizar o trabalho de homens e mulheres na estrutura social. Isso equivale dizer que, socialmente, se configura um arranjo de competências e atribuições que pertencem ao gênero feminino, e outro arranjo de funções que pertencem ao gênero masculino.

A definição de divisão sexual do trabalho expressa como categoria as relações de poder entre homens e mulheres, poder que se distribui de forma desigual, conformando historicamente a subordinação feminina e sua invisibilização no processo histórico. De acordo com Kergoat (2003), a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão social do trabalho decorrente das relações sociais entre os sexos, adaptadas historicamente e em cada sociedade. Nesse sentido os cargos de liderança e de salários maiores sempre ficaram a cargo do homem. No entanto, após a segunda guerra mundial, as mulheres tiveram acesso a funções além das socialmente construídas (domésticas) por falta de homens nos postos de trabalho (muitos estavam na guerra e a economia não poderia parar por falta de chefia masculina).

Temos que refletir, no entanto, que essa nova conformação social não contempla todas as mulheres. Aquelas que já eram de "boa família" (burguesia) foram historicamente privilegiadas. Assim, as mulheres pobres e periféricas mesmo inseridas no

mercado de trabalho continuavam a ganhar bem menos eram relegadas a funções tradicionais (serviços domésticos e/ou qualquer trabalho que exigia pequeno grau de instrução).

Nesse sentido, assistir ao filme "Que Horas ela volta" nos questionássemos sobre a maneira com que tratamos as outras pessoas e de como a mulher sem instrução se insere na sociedade. Também não tem como não sentir na pele o "tapa de luva" que o filme carrega sobre os valores "normais" de uma sociedade que está habituada a ter alguém trabalhando para si, mas que na verdade despreza e humilha quem é socialmente menos favorecido.

Tudo ocorre na zona sul de São Paulo bairro de classe média alta da cidade. Regina Casé (Val), uma empregada doméstica de Recife que mora há cerca de 10 anos na casa dos patrões. O casal tem um filho, mas é Val quem, na prática, desenvolve laços maternos com a criança. Já os patrões tem o perfil da elite paulistana: um artista que vive do transbordamento de sua conta bancária com algumas obras que conseguiu vender, e a esposa que é estilista consagrada. Não aparentam ter qualquer privação financeira e podem prover toda a educação a seu filho, embora fique claro que as relações afetivas familiares sejam bastante questionáveis.

Val, nas palavras de sua patroa, é dita como "quase da família", mas dorme em um quartinho pequeno escondido nos fundos da casa, além de fazer as refeições na cozinha sempre separada da família. A piscina, embora nunca dito categoricamente proibido pra Val, se torna uma barreira que ela não se atreve a utilizá-la por "respeitar" sua posição de doméstica da casa. A ela era permitido tão-somente que tomasse conta do filho dos patrões quando era criança e precisava de supervisão na piscina.

Cabe nesse trecho relatado do filme algumas reflexões:

a) A atividade econômica da mulher tem se originado de sua função prioritária de reprodução da força de trabalho, desde que a teoria econômica veio se delineando. Desta função, se originam as diferentes formas que tem assumido a subordinação feminina, em distintas sociedades. Dessa maneira, a participação da mulher na produção, a natureza de seu trabalho e a divisão do trabalho entre os sexos, são considerados resultados de suas atividades de reprodução, resultado este condicionado também pela natureza dos processos produtivos e pelas exigências de um determinado sistema de crescimento e acumulação que se transforma com o tempo.

b) As práticas sociais das mulheres, do ponto de vista social tradicional, estruturaram-se em torno da imagem materna e conjugal, assim como o trabalho feminino teve sua vinculação direta à esfera doméstica, à família e à produção dos cuidados; funções que, na ordem patriarcal, assumem um *status* inferior na construção da sociedade e, por isso, invisibilizados enquanto atividades de relevância econômica. É importante salientar que os cuidados e a reprodução são reconhecidos enquanto práticas essenciais à existência e à sobrevivência humana. A questão é que se tornou um papel "sexualizado", no qual a mulher apresenta uma habilidade natural, movida pelo afeto e pelo amor, por isso não pode ser elevado à categoria de trabalho ou de atividade fundamental à economia, visto que se trata de algo quase "instintivo". Esta imagem construída do trabalho doméstico segmentou as mulheres a uma esfera invisível, excluindo-as como sujeitos da história.

c) Os cuidados básicos dispensados no lar são fundamentais para a formação humana, sem os quais seria impossível garantir oferta de força de trabalho. O trabalho doméstico, desempenhado regularmente pela mulher, ainda que a mesma trabalhe assalariada - e daí decorre o fenômeno da dupla jornada -, atua como agente de manutenção da vida e**,** portanto, das condições básicas da força de trabalho. Considerando que essa força de trabalho será potencialmente utilizada pelo capital para a produção do valor de troca, então podemos caminhar no sentido de desconstruir a falsa ambiguidade entre produção/público e reprodução/privado, para compreender, respeitando suas distinções, a produção dos cuidados como fator elementar que agrega valor à economia capitalista, sem os quais tornaria, no mínimo, profundamente truncado e custoso ao capital a manutenção de trabalho humano (CARRASCO, 2003).

As relações de trabalho entre Val e os patrões mudam quando sua filha Jéssica (interpretada por Camila Márdila), chega a São Paulo. A filha de Val vem para estudar e prestar o vestibular em arquitetura. O choque começa quando ela descobre que a mãe mora na casa dos patrões e é ali que ela também vai ter que morar pelos próximos meses. O fato deixa a garota muito incomodada, pois, diferente da mãe, Jéssica questiona as relações de dominação sociais impostas a Val.

Jéssica é uma garota inteligente, questionadora. Percebe-se que ela tem críticas ao sistema e sobre a estratificação da sociedade furtivamente segregadora. Logo que pisa na casa, Jéssica logo conversa com os patrões de Val de igual para igual. O comportamento

dela desperta interesse no personagem de Lourenço Mutarelli, e ali percebemos que haverá algum desconforto mais para frente.

É Mutarelli quem dá algumas regalias para a garota, que já na primeira noite pega um livro emprestado para ler. Ela também consegue ficar no quarto de hóspedes, e não no quartinho de empregadas junto com a mãe. Sabendo do interesse da garota pela arquitetura, ele a convida para conhecer o Copan, prédio famoso e turístico da capital desenhado por Oscar Niemeyer.

Ao longo dos dias, a aproximação entre os dois vai ficando evidente, mas o interesse dele nela nunca é correspondido por Jéssica, que está realmente achando tudo normal, pois está acostumada a uma situação em que o tratamento entre as pessoas não se limita a sua condição social.

Embora demonstrado de forma muito sutil, o interesse do patrão de sua mãe que lança olhares mais maliciosos a Jéssica, inclusive a propondo casamento em troca de dar o que ela quisesse, nos mostra o quando a figura masculina se acha no direito de assediar a mulher pobre e periférica, reforçando os valores patriarcais e sexistas mais evidentes sobre as mulheres socialmente vulneráveis.

Aqui cabe discorrer sobre esse momento do filme com o contexto social de vulnerabilidade e assédio moral

a) Acerca do papel das mulheres no Brasil ao longo da história, Desouza, Baldwin e Rosa (2000) a partir do panorama das lutas da mulher brasileira por direitos desde o período colonial até a atualidade, apontam o caráter de redefinição dos papéis sociais destas lutas. Muito embora os autores não avancem na análise, ressaltam que pouco se avançou com relação à violência contra a mulher demonstrando o quanto da sociedade patriarcal encontra-se ainda presente em nossas práticas sociais, onde crimes cometidos contra as mulheres ainda são comuns, resultado, sobretudo, da ineficiência e inadequação geral do sistema judiciário brasileiro, permeado de preconceito, conforme denúncia o alto índice de impunidade e absolvição dos agressores em relação aos casos de agressão contra mulheres.
b) O alto índice de impunidade, o modelo de apuração de crimes contra a mulher, a ausência ou defasagem de mecanismos reguladores, apontam para um confinamento da mulher aos moldes enrijecidos da esfera privada. Em outras palavras, ainda que as mulheres tenham tal percepção persiste até os dias de hoje, se considerarmos a composição dos quadros de lideranças das grandes empresas, e de forma mais patente

as remunerações díspares entre homens e mulheres em cargos de igual responsabilidade, a despeito de sua maior qualificação e escolaridade.

Fica a reflexão: se Jéssica fosse branca, filha de uma família com alta renda, o patriarca da família teria a ousadia de lançar investidas na jovem? Não foi desrespeitoso com sua empregada ao se aproximar da filha dela sem consentimento de sua mãe, se aproveitando da posição de patrão para conseguir uma aproximação demasiada com a jovem?

Na trama, o filho do casal se mostra neutro; como foi criado por Val, ele tem um carinho muito grande pela empregada e não a trata como serviçal, mas com sincero e verdadeiro carinho como se ela fosse sua mãe. E Val, como teve que se afastar da filha para mandar dinheiro para que a tia a criasse, transferia o carinho materno que não pode dar a Jéssica para o filho do casal. Na verdade, tendemos a pensar até que ele não vê o que os pais fazem com a empregada e até mesmo que ele não conhece os pais de verdade. Esse ponto do filme traduz com certa brutalidade a geração de filhos que são criados pelas empregadas e mal veem os pais durante os dias, ou que quando veem, não prestam atenção porque existem celulares, televisão e qualquer outro artifício que mascare a realidade e permita que se crie uma realidade paralela à que se vive.

Em idade escolar, o filho do casal também vai prestar vestibular. A essa altura Jéssica, que também vai prestar vestibular, compartilha com os patrões da mãe. Os mesmos perguntam qual o curso e desdenham quando ela fala que quer ser arquiteta pela USP (vestibular concorrido). A família realmente crê que ele tem tudo para ser bem colocado na prova, pois estudou em escola privada — considerada boa — durante toda a vida. O abalo na estrutura "comercial de margarina" da família rica perfeita se dá quando Jéssica passa na primeira fase do vestibular e o filho deles não.

A grande mensagem do filme vem no seu final, quando descobrimos que Jéssica deixou um filho pequeno em Recife para tentar a vida em São Paulo numa boa Universidade. Vemos aqui a filha fazendo exatamente o que a mãe fez com ela quando criança, pois Val também vai para São Paulo em busca de um emprego para pelo menos garantir que Jéssica conseguisse ter uma vida normal, embora sem luxos.

Diante das críticas sociais dentro do filme podemos fazer algumas inferências e questionamentos:

a) **O discurso da feminização da pobreza como caminho para a geração de renda**

Discutir a pobreza feminina requer, primeiramente, retomar o laço que une a perspectiva de gênero às relações sociais. O conflito entre classes sempre foi discutido sob a perspectiva de duas classes opostas e antagônicas, que protagonizam no cenário social relações de dominação de um sobre o outro. Hirata e Kergoat (1994) chamam a atenção para o cuidado que se deve ter quando utilizamos classe social para tratar as desigualdades sociais. Corre-se o risco de homogeneizar os sujeitos dentro das classes a que pertencem, não colocando em evidência outras relações que perpassam e alimentam as relações sociais, como as relações de gênero. As autoras comentam que essas dimensões gênero e classe são coextensivas, como já assinalado nesse texto.

Na realidade, relações de classe e de sexo organizam a totalidade das práticas sociais, em qualquer lugar em que se exerçam. Em outras palavras: não é só em casa que se é oprimida nem só na fábrica que se é explorado. As relações de classe devem ser analisadas como orientações concretas de gênero e, inversamente, as relações de gênero devem ser analisadas como base para o entendimento das relações sociais hierárquicas (HIRATA; KERGOAT, 1994, p. 96)

Como já salientamos, não podemos nos esquecer de raça/etnia como parte do nó. Essa abordagem nos ajuda a refletir a respeito da pobreza entre as mulheres. Cabe lembrar que pobreza não é um fator que se manifesta apenas para a classe feminina. No seu conjunto, reflete sobre homens e mulheres, o que nos faz pensar que se trata de um problema estrutural, produto do conflito entre capital e trabalho e que atinge as classes dominadas. Lavinas (apud Novellino, 2004, p. 5) afirma que as mulheres pobres, tal como os homens pobres, representam 25% da população do seu sexo. Numericamente, portanto, a pobreza entre as mulheres não tem maior expressão que a pobreza entre os homens.

b) Entretanto, as refrações da pobreza são sentidas de maneiras diferentes pelos sexos.

Segundo Melo (2005), quando se trata de pobreza, é essencial o recorte de gênero, uma vez que as condições objetivas de trabalho se apresentam de formas diferentes para ambos, ou seja, a materialização das práticas femininas - historicamente invisíveis quando relacionadas com a esfera produtiva - permanecem subalternizadas, tornando-se um elemento estrutural, o que dificulta ou até mesmo impede o acesso e a permanência em trabalho remunerado.

Para as mulheres, esta realidade de carências é mais aguda, uma vez que elas realizam uma gama enorme de atividades não remuneradas, seja no âmbito mercantil, seja

no seio da família, pela dedicação às atividades do lar que as fazem ser majoritariamente dependentes da provisão masculina para o sustento de suas famílias. [...] há uma nítida relação entre divisão do trabalho e a pobreza das mulheres; a inserção feminina aconteceu em paralelo com o crescimento das atividades informais, das atividades sem remuneração e aumento das taxas de desemprego (MELO, 2005, p. 14).

Castro (1999) alerta que o debate sobre a "feminização" da pobreza deve ser visto do prisma crítico, e não das leituras liberais. Reconhecer a vulnerabilidade das mulheres exige a contemplação da discussão da desigualdade de classes, raça/cor/etnia e geração. Agregar tais elementos se faz necessário em decorrência da prática de políticas públicas focalistas e de ações afirmativas. Estas fazem um recorte em públicos-alvos específicos, tal como mulheres pobres, sob a estratégia de minimizar as discriminações por conta de "identidades político-culturais, como o ser mulher, ser negra, ser jovem ou ser mais velha" (CASTRO, 1999, p. 90).

A autora também chama a atenção para a afirmação de que há maior grau de pobreza entre as mulheres, provocado pelo aumento da chefia familiar e por se acreditar que a falta da figura do provedor masculino seria o fator complicador para o crescimento da pobreza de famílias com esse tipo de arranjo.

Castro (1999) alerta para alguns equívocos que decorrem dessa leitura. Uma delas refere-se à ausência da figura masculina de provedor. Segundo a autora, não se trata da ausência propriamente dita, mas porque em algum momento foram esposas ou companheiras com possibilidades e oportunidades mais reduzidas frente ao mundo do trabalho do que os homens. Neste caso, dentro da perspectiva da divisão sexual dos papéis, as mulheres, em virtude da sua dedicação aos cuidados e a reprodução, ficaram limitadas quanto a qualidade da sua participação no mercado. Tal fato contribuiu, em um momento de perda de uma fonte de renda - seja do marido ou do companheiro - para uma situação de risco maior entre as mulheres nessas condições.

A autora afirma que mesmo que não tenha havido a presença do marido ou companheiro, ou seja, que se trate de mulheres que constituíram família sem a presença de um homem na casa, ainda sim sua posição no mercado se dá mediante a figura de mãe e esposa, e, portanto, o salário é percebido não como fonte principal de renda, mas como rendimento complementar.

Nesta perspectiva, como coloca Melo (2005), os estudos relacionados à pobreza e gênero, que dão enfoque à chefia feminina como fator causador do aumento da pobreza

entre as mulheres, tem sofrido críticas. Um aspecto destacado é que não se abordam o conjunto de situações que se manifestam na unidade familiar, como a presença das famílias extensas, permanência de jovens adultos nas suas famílias, idosos que residem na mesma casa, entre outros fatores, que surgem em decorrência das estratégias que as famílias mobilizam frente às situações de risco. É importante destacar que a configuração do mercado de trabalho nas décadas de 1980 e 1990 também tem um importante peso para a discussão do aumento da pobreza entre as mulheres.

As mulheres inseridas no mercado de trabalho, assim como os homens, também foram pressionadas pelos rebatimentos da reestruturação produtiva, como desemprego, terceirização e flexibilização dos direitos trabalhistas. Embora tenha havido uma precarização do trabalho de forma geral, para as mulheres esse processo significou uma pressão maior para o trabalho informal, instável e precário, por razões tanto de ordem simbólica - o mito do destino doméstico e reprodutivo, enquanto espaço natural -, quanto de expressão material, relacionadas à pretensa desqualificação das mulheres frente ao novo padrão de acumulação exigente com a máxima qualificação da força produtiva.

Via de regra, as mulheres foram assumindo, não exclusivamente, os trabalhos relacionados com o setor de serviços e com os trabalhos que poderiam ser desempenhados em casa, todos, na sua grande maioria, expressão da insegurança e da precariedade do trabalho.

Neste sentido, como aponta Melo (2005), os fatores que interferem para o aumento da pobreza das mulheres estão vinculados majoritariamente à qualidade da sua inserção no mercado de trabalho, que as colocam em condições inferiores o que reflete na sua sobrevivência.

O trabalho de homens e mulheres, configurados numa estrutura de divisão sexual do trabalho, como já foi dito, sofre os rebatimentos das mudanças ocorridas no mundo do trabalho de formas diferentes. Isto porque clivagens de gênero que interferem na organização do trabalho têm um papel fundamental não só no modo como as mulheres se expressam no mercado de trabalho, mas também no desenho das políticas públicas, que de alguma forma recriam as fronteiras que separam homens e mulheres e invisibilizam estas últimas.

c) Geração de renda para mulheres no contexto neoliberal

A ascensão das políticas voltadas para a geração de renda deve ser situada, primeiramente, no contexto histórico que lhe sustenta. O caráter cooperativista e centralizado na organização autônoma do trabalho é facilmente incorporado pelas agendas políticas, principalmente em meados da década de 1990, período de maior consistência para o projeto neoliberal. A estreita relação entre neoliberalismo e os fundamentos das propostas de programas de geração de renda denunciam o caráter político que essa ligação assumiu.

De acordo com Barbosa (2007), a necessidade de redução da participação estatal nos gastos públicos e a centralidade da sociedade civil, combinaram-se ao longo do processo de discussão das políticas públicas voltadas para o trabalho, emprego e geração de renda. As ideias que foram geridas nesse contexto foram de encontro às necessidades peculiares ao projeto neoliberal, e no decorrer da estruturação dessas políticas públicas foram utilizados, orientados por interesses específicos, a fim de transferir a responsabilidade do trato do desemprego para a sociedade civil.

É nesse sentido que a geração de renda assumiu um espaço privilegiado no discurso político do Estado, na possibilidade de criação de estratégias alternativas ao emprego formal e assalariado, e sob o discurso da autogestão e empreendedorismo, mas que serviram tão somente para encobrir a incapacidade política de solucionar ao problema do desemprego.

Assiste-se, assim, a um aumento considerável das políticas que visam a geração de renda tendo como público-alvo mulheres pobres. A construção dessas ações alimenta-se do mercado informal, enquanto meio para a obtenção de renda fora da lógica do trabalho assalariado. Sobre esse assunto, Farah (2004, p. 64), ao analisar programas de geração de renda, comenta:

A tradução em políticas focalizadas e compensatórias reforçou o caráter da "feminização da pobreza", no sentido mais estrito do conceito, e colocou em pauta, nas agendas públicas, políticas voltadas para mulheres pobres, que caminharam no sentido de "alívio" da pobreza, e não de ações que estivessem também articuladas com o processo de redistribuição de poder entre os sexos. Portanto, a ascensão da agenda de reforma neoliberal contribuiu para abafar muitas das reivindicações surgidas nos movimentos feministas, colocando em xeque as possibilidades para a construção da cidadania e melhora da qualidade de vida das mulheres, em particular das mais pobres (SILVEIRA, 2004).

Assim como apontam Leporace e Fontoura (2004), no eixo das intervenções voltadas para a geração de renda, contempladas no I e II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, foram colocadas algumas diretrizes que deviam caminhar no sentido de promover a independência econômica das mulheres. Alguns dos temas que foram foco das discussões na conferência referem-se à geração de renda, mais especificamente à implementação de políticas de emprego e renda no combate as formas de discriminação baseadas em gênero, raça/etnia e geração, bem como o fomento da promoção da autonomia das mulheres vítimas de violência, por meio de estratégias de geração de renda e trabalho.

A conquista da autonomia econômica, neste sentido, encontra alguns obstáculos. O primeiro deles refere-se ao desenvolvimento de atividades consideradas "femininas" e, que de algum modo, sempre pertenceram ao universo do trabalho doméstico - como já abordado aqui, práticas historicamente invisibilizadas e de baixo valor social. Assim, como coloca Barbosa (2007, p. 119), a cadeia produtiva autônoma encontra-se subsumida ao ritmo e aos ditames do mercado formal, deixando "a margem de autonomia pequena ou inexistente nos casos em que o empreendimento tem viabilidade econômica". O trabalho desenvolvido a partir dos grupos de geração de renda, além de já nascer sob essas condições, ainda conta com um baixo valor agregado, por não ser parte de uma unidade econômica, mas ser responsabilidade maternal e conjugal, comum na relação familiar.

Outros problemas referem-se à obtenção de microcréditos para início do negócio, na medida em que as garantias exigidas pelas instituições financeiras muitas vezes extrapolam as possibilidades dessas mulheres, bem como a insuficiente análise de viabilidade econômica, refratando as possibilidades de sustentação no mercado. Conforme comenta Yanoulllas (2002, p. 33).

É muito baixa a capacidade de sustentação econômica dessas atividades, com consequente impacto sobre as pessoas que nela se envolvem. Entre as dezenove experiências consideradas inovadoras pelos gestores do plano, constata-se que nenhuma delas está referida a setores de ponta da economia, nenhuma está diretamente relacionada a atividades cujos níveis de desemprego tenham penalizado preferencialmente as mulheres.

As políticas de geração de renda que se pautam por essa perspectiva de intervenção, além de pouco provavelmente conseguirem atingir o pressuposto da conquista de autonomia econômica pelas mulheres, ainda, de acordo com Silveira (2004,

p. 68), "consagram e reproduzem a tradicional divisão sexual do trabalho e ignoram um processo de construção da cidadania 'não regulada' que se assenta na visão de sujeitos integrais que circulam nos espaços públicos e privado com autonomia". A autora ainda destaca que é preciso visualizar o contexto socioeconômico em que se opera a inserção da mulher no mercado de trabalho, bem como seus agentes condicionantes, tal como a precarização e os baixos salários, como forma de encarar os limites e as possibilidades de se propor políticas que, de fato, tragam subsídios para a conquista da autonomia econômica.

Para Godinho (2003), a responsabilidade de modificar as desigualdades sociais decorrentes da assimetria das relações de poder entre os sexos cabe ao poder público, através de políticas que incorporem a perspectiva de gênero na sua agenda política. A autonomia no campo econômico tem seu eixo estruturante no trabalho e no emprego, o que, para a autora, fica restrito dentro das possibilidades do município. Entretanto, o mesmo é responsável por políticas que atravessam diretamente o cotidiano dessas mulheres, tais como escolas e creches, que, dada a devida importância, pode possibilitar a liberação do tempo utilizado na vida doméstica, para o desenvolvimento profissional e, consequentemente, a qualificação da presença da mulher no mercado de trabalho.

Tais políticas, ao mesmo tempo, possibilitam não apenas reduzir a desigualdade por meio da ampliação do acesso a serviços e direitos, mas também estender a responsabilização pública pelo bem-estar dos indivíduos e, neste sentido, rediscutir e colocar em xeque a responsabilidade atribuída às mulheres pela reprodução cotidiana. (GODINHO, 2003, p. 60)

Deste modo, a configuração das políticas pautadas na geração de renda, que no projeto neoliberal tem como foco mulheres pobres, incorpora os elementos da divisão sexual do trabalho, ativando estratégias de intervenção que acabam por reproduzir as desigualdades de poder entre os sexos, reforçando ou mantendo padrões que as criam.

Na medida em que são localizadas como referência em suas famílias, essas mulheres serão focalizadas como "gancho" para o desenvolvimento de ações com o objetivo de manter a sobrevivência da família por meio de estratégias que, em uma primeira leitura, aparecem como alternativas paralelas ao mercado. As atividades que na sua maioria, são consideradas de baixo custo de produção e se apoiam em funções como cabeleireira, costureira, doceira, entre outras, remetem à tradicional divisão sexual do

trabalho e na sua maioria mantêm as mulheres presas aos domicílios de forma a compatibilizar o trabalho gerador de renda com o trabalho doméstico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desses questionamentos, dialoga-se com o impacto do sexo, escolaridade e renda na vida das mulheres e se coloca em pauta questões como autonomia e empoderamento, termos cuja concepção não é explicitada e nem os instrumentos de avaliação e monitoramento que indiquem que tipo de poder e autonomia são conquistados. Observa-se na ótica do filme "Que horas ela volta?" que os pilares sociais tradicionais de opressão e desigualdade de acesso à educação são muito desiguais. Não há como falar em meritocracia numa sociedade onde a vida de algumas mulheres é muito diferente comparada a outras.

As atividades desenvolvidas sob o manto da "geração de renda" ganham em muitos momentos e falas no significado de ocupação onde mães periféricas "sacrificam" a própria vida em prol do trabalho e não podem dar igualdade de oportunidade de vida aos próprios filhos. A personagem Val, embora exitosa na aproximação da filha e na superação de Jéssica no vestibular, não pode ser vista de forma "romântica". Superação das barreiras sociais devem servir para serem revistas e nunca como justificativa para a meritocracia escondida por trás da desigualdade social de mulheres vulneráveis.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, R. N. C. **A economia solidária como política pública:** uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

CARRASCO, C. *A* sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres. In: FARIA, Naler; NOBRE, Miriam. Produção do viver. **Cadernos SOF,** São Paulo, p. 11-49, 2003.

CASTRO, M. G**.** "Feminização da pobreza" em cenário neoliberal. In: **I Conferência Estadual da Mulher.** Rio Grande do Sul: Coordenadoria Estadual da Mulher, 1999.

DESOUZA, Eros; BALDWIN, John R.; ROSA, Francisco Heitor da. A construção social dos papéis sexuais femininos. **Psicol. Reflex. Crit.** Porto Alegre, v. 13,n. 3,2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010279722000000300016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 jan. 2020.

FARAH, M. F. S. Gênero e Políticas Públicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 360, jan.-abr. 2004.

GODINHO, T. Construir a igualdade combatendo a discriminação. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero.** São Paulo: coordenadoria especial da mulher, 2004. 188p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **A classe operária tem dois sexos.** Revista Estudos Feministas. São Paulo, ano 2, n. 1, p. 93-99, 1994.

KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E. E.; WALDOW, V. R. (Orgs.). **Gênero e saúde.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, M.; GODINHO, T.; NOBRE, M.; TEIXEIRA, M. (Orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres:** desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. 152p. (Col. Caderno da Coordenadoria Especial da Mulher, n. 3).

KON, A. **Considerações teóricas sobre a divisão sexual do trabalho na família: Repercussões sobre o mercado de trabalho.** In: SEMINÁRIO AS FAMÍLIAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL. Belo Horizonte: Abep, nov. 2005.

LEPORACE, M.; FONTOURA, N. **Igualdade de gênero no trabalho e a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.** Mercado de Trabalho, Ipea, 25 nov. 2004.
LOBO, E. S. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MELO, H. P. **Gênero e Pobreza no Brasil**. Relatório Final do Projeto Governabilidade Democratica de género en America Latina y El Caribe. Brasília: Cepal, 2005.

NOVELLINO. M. S. F. **Os estudos sobre a feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres.** In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Minas Gerais: Abep, 2004.

SILVEIRA, M. L. Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero.** São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. 188p. (Col. Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, n. 8.

YANNOULAS, S. C. **Dossiê: políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho.** Brasília: CFEMEA, FIG/Cida, 2002.